

A Psicologia e o ensino normalista piauiense: percursos de uma disciplina

The psychology and the normalistic teaching from Piauí: pathways of a discipline

João Paulo Macedo ^I; Ana Gabriela Nunes Fernandes ^{II}; Renata Castelo Branco Araújo ^{III}

I - Universidade Potiguar

II - Universidade Federal do Piauí

III - Universidade Estadual do Piauí

RESUMO:

Trata-se de um estudo sobre a história da disciplina “psicologia” lecionada na Escola Normal Antonino Freire, ao longo de mais de 80 anos, na cidade de Teresina – PI. Seu objetivo consiste em conhecer o percurso histórico dessa disciplina a partir de suas ementas, dos conteúdos trabalhados nas aulas e do material bibliográfico indicado pelos professores responsáveis. A estratégia metodológica partiu, em um primeiro momento, da análise documental do material pertencente ao arquivo da instituição: documentos, relatórios, diários de classe, provas e histórico dos alunos; e, em um segundo momento, de entrevistas narrativas com os professores que ministraram a disciplina, a partir dos anos de 1970. O estudo apontou para a importância que a psicologia teve nos currículos da Escola Normal do Piauí, bem como na formação de professores na cidade de Teresina.

Palavras-chave: Escola normal; ensino da psicologia; psicologia no Piauí.

ABSTRACT:

This study is about the history of the “Psychology” discipline, taught on the Normal School Antonino Freire, in more than 80 years, at the city of Teresina - PI. Its objective was to know the historical trajectory of this discipline, from its syllabus, its contents taught in class and the bibliographical material indicated from the teachers answerable for the discipline. The methodological strategy came, on the first moment, from the analysis of the documental material belonging the institution’s archive: documents, reports, classes diaries, exams and student’s historic; and, on the second moment, with narrative interviews with the teachers who taught the discipline from the 70’s. The study pointed out the importance that psychology had on the courses of the Piauí Normal School, as well as in the formation of teachers at the city of Teresina.

Key-words: Normal school; psychology teaching; psychology at Piauí.

Introdução

Este trabalho trata da história dos “rumos e percursos” da disciplina “psicologia” lecionada na Escola Normal do Piauí, no período de 1921 a 2002. A idéia de produzi-lo surgiu da demanda, por parte dos estudantes de psicologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), de informações a respeito do desenvolvimento da Psicologia no território piauiense.

A falta de referências quanto à memória da psicologia no nosso estado fez com que nos mobilizássemos num grupo de pesquisa, vinculado a UESPI, para fomentar o desenvolvimento de estudos e investigações em torno dessa temática. Nossa intenção era fortalecer esse campo de conhecimento para reverter tal sensação de “orfandade”, especialmente em relação à “falta” de documentos, fontes bibliográficas e testemunhos escritos sobre o desenvolvimento da psicologia no estado. Além disso, também era pretensão nossa sensibilizar a comunidade acadêmica dos três cursos de psicologia em funcionamento no estado desde 1998, a repensar o modo como as disciplinas de “história da psicologia” estavam organizadas nas grades curriculares desses cursos.

Nossa principal insatisfação ligava-se ao fato de que tais disciplinas lidavam com conteúdos e bibliografia ainda implicados com a clássica apresentação das histórias “internas” (teorias/sistemas) das psicologias, e enfatizavam as relações entre conceitos e técnicas importados da Europa e EUA, sem levar em consideração as histórias “externas” em que tais idéias e práticas encontravam solo na história social e cultural (FIGUEIREDO, 2005). Além disso, também nos queixávamos de serem os conteúdos abordados nessas disciplinas sem levar em conta as contingências “que possibilitaram a emergência, a ramificação, a institucionalização de determinada(s) alternativa(s) de construção da psicologia enquanto ciência e prática” no Brasil (JACÓ-VILELA, FERREIRA e PORTUGAL, 2005:11).

Desse modo, nosso interesse de pesquisa consistiu, num primeiro momento, em reunir informações, mesmo que dispersas, dos relatos de alguns dos profissionais que aportaram em Teresina nos idos do final dos 1970 e início dos 1980. A partir desses relatos, pretendíamos identificar espaços em que a Psicologia se desenvolveu enquanto campo de

saber ou de prática na cidade de Teresina, no período anterior à abertura dos primeiros cursos de psicologia no estado do Piauí.

Assim sendo, logo identificamos que os primeiros psicólogos que chegaram ao Piauí foram formados nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, no Distrito Federal e, especialmente, em Pernambuco e na Paraíba. É importante ressaltar que entre esses psicólogos que se formaram fora do Piauí antes de 1998, alguns eram filhos da terra que retornaram ao estado para construir sua carreira profissional após terem terminado os estudos; outros, oriundos de outros estados, aqui se instalaram para fazer carreira profissional, pois constituíram família com algum piauiense que, posteriormente, retornou para sua terra natal; e ainda havia aqueles que, mesmo não tendo nenhum vínculo com a região, aqui aportaram, seja de passagem ou em caráter definitivo, para firmar-se profissionalmente. Foi este o caso dos pioneiros: Cel. Cleto Carneiro Baratta Monteiro, carioca, formado como psicotécnico pela Escola da Saúde do Exército Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, que passou a residir em Teresina desde 1965 para desenvolver atividades de seleção de pessoal, psicométrica e testes psicológicos, treinamento em relações humanas e orientação vocacional no 25º.BC – Batalhão de Caçadores, e depois na Diretoria de Saúde do Departamento de Trânsito do Piauí – DETRAN/PI (MACEDO, 2008); e Margit Ellen Reinecke de Alverga, de nacionalidade alemã mas estabelecida em Belo Horizonte/MG desde criança, formada em psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, que passou a residir em Teresina no período entre 1973 e 1978 para desenvolver atividades em psicologia clínica e projetos sociais de apoio e assistência a crianças e adolescentes (ALVERGA, 2009). Afora isso, o relato desses profissionais também nos possibilitou levantar alguns espaços/instituições em que a Psicologia se desenvolveu enquanto campo de saber e de prática na cidade de Teresina. Entre esses espaços, identificamos o Instituto de Educação Antonino Freire (IEAF) – antiga Escola Normal do Piauí –, objeto de investigação do presente estudo, que contemplou em seu currículo, entre os anos de 1921 e 2002, a “psicologia” enquanto disciplina do curso normal.

Tal informação nos motivou a buscar conhecer, de maneira mais aprofundada, de que forma essa disciplina foi desenvolvida ao longo desses 81 anos. Para tanto, nos norteamos pelas seguintes perguntas: como a disciplina “psicologia” foi ministrada no IEAF nesse período?; que temáticas ou conteúdos abordou?; que modificações sofreu?;

qual foi sua trajetória nesse período?; que discussões foram agregadas ou abandonadas?; que diálogos ou aproximações foram efetuados com as demais disciplinas da grade curricular? E ainda: como os professores que ministraram essa disciplina concebiam a psicologia e os seus conteúdos no IEAF?

A estratégia metodológica que adotamos para efetivar esse estudo prosseguiu, em um primeiro momento, com a realização de uma pesquisa documental, tendo como fontes primárias o material pertencente ao arquivo do IEAF, desde a sua criação, em 1910, até sua extinção, em 2002, quando foi transformado em Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF). Ou seja, levantamos, organizamos e analisamos os principais documentos, relatórios, anuários, diários de classe, provas, boletins e o histórico dos alunos, constantes da sala de arquivo da instituição. Nesse caso, tratava-se de um material “de base” que organizamos para acompanhar os percursos que a disciplina “psicologia” teve ao longo desse curso normal. Além disso, também nos apoiamos em fontes secundárias, como forma recuperar informações, até então perdidas ou de difícil acesso, que pudessem complementar ou ampliar nosso campo de análise.

Nessa trajetória, constatamos que a disciplina “psicologia” só começou a ser ofertada na Escola Normal do Piauí a partir do ano de 1921. E que, ao longo dos seus 81 anos de atividade, recebeu várias denominações, abordou e articulou diversos conteúdos e temáticas, e ocupou diferentes lugares e objetivos na grade curricular do curso normal. Desse modo, categorizamos e analisamos esses dados a fim de explicitar tal trajetória e as diferentes facetas que a disciplina ganhou ao longo desses anos no ensino normal do Piauí.

Em outro momento, perto de concluirmos nossa pesquisa documental no arquivo do IEAF, localizamos um pequeno relatório com o nome de alguns poucos professores do curso normal. De posse desse documento, localizamos cinco professores que lecionaram a disciplina “psicologia” entre as décadas de 1970 e 1980. A partir disso, delineamos uma segunda etapa em nossa estratégia metodológica, para contatar esses professores e realizar entrevistas. Mas, ao localizar seus endereços, constatamos a possibilidade de conversar com somente dois deles, pois, quanto aos demais, dois já tinham falecido e um estava em processo avançado de senilidade.

Interessados na memória da disciplina “psicologia” no curso normal, realizamos entrevistas narrativas com os dois professores do IEAF, que prontamente nos atenderam em

suas residências, através da técnica do depoimento livre, com foco em situações marcantes da prática docente realizada no trabalho com a disciplina “psicologia”. Nosso objetivo era reconstruir, junto com os entrevistados, episódios, cenas, fatos históricos e sociais que enriquecessem as informações anteriormente coletadas na pesquisa documental, além de registrar as percepções dos professores com relação ao lugar e à importância da disciplina na grande curricular do curso normal do IEAF.

Posto isso, apresentaremos em seguida os contextos em que o ensino normal e o Instituto de Educação Antonino Freire foram edificadas no Piauí, para, mais adiante, discorrermos sobre o percurso da disciplina “psicologia” nesse campo de ensino.

Contextualização do ensino normalista piauiense

Na opinião de Ferro (1996), Soares e Ferro (2003) e Soares (2004), o processo de implantação das primeiras instituições de ensino no Piauí, no período colonial e imperial, foi bastante difícil. O predomínio de fazendas de gado e a organização de pequenos povoados com agrupamento populacional disperso configuraram a sociedade sertaneja piauiense dos séculos XVIII e XIX como uma população fundada por fortes traços da atividade rural oligárquica, cuja estrutura social era organizada pela rivalidade e luta pela posse de terras, pelo domínio e poder de algumas famílias em detrimento de outras.

Esse cenário de disputas acabou por desmobilizar qualquer tentativa dos jesuítas, ou do próprio poder da Coroa, de fazer funcionar, nos vários vilarejos ou demais núcleos populacionais, grupos escolares para “letrar” a população. A consequência disso foi a marca de repetidos insucessos e falências, tanto da iniciativa pública quanto privada, dos projetos de erguer instituições voltadas para a prática das primeiras letras na província do “São José do Piauí”.

Com o advento da República e, conseqüentemente, da “autonomia” dos estados brasileiros, cada unidade federativa passou a legislar e a administrar os recursos destinados à educação. O objetivo era reunir esforços, em conjunto com a União, que modificassem o triste cenário do profundo analfabetismo que percorria várias regiões do país, inclusive o Piauí. A erradicação do analfabetismo, através de uma instrução para todos, passou a ser a expressão máxima de ordem para o Brasil, solução para todos os problemas sociais, morais, políticos e econômicos na marcha da sociedade rumo ao progresso (MARINHO, 2008).

A estratégia, para tanto, foi a proposição de reformas de ensino em âmbito federal e estadual, cujo objetivo era priorizar a questão da educação formal, sobretudo a educação fundamental - na época chamada de ensino primário (FERRO, 1996) -, bem como promover a abertura e expansão de escolas públicas normais para a formação de professores primários em todo o país (ROMANELLI, 2006). Como exemplo de reformas editadas nessa época, cita-se: a) A Reforma de Benjamim Constant, em 1880, que versou sobre os princípios básicos para a educação do país; b) O Código de Eptácio Pessoa, em 1901, que estabeleceu a escola secundária como curso preparatório para o ensino superior em todo o país; c) O Decreto Estadual de Arlindo Nogueira, em 1901, que dispôs sobre a obrigatoriedade do ensino primário no Piauí.

Contudo, no caso piauiense, apesar dos esforços, o grande obstáculo para efetivar tal objetivo foi, sem dúvida, a falta de recursos e o quadro insuficiente de professores qualificados para suprir as necessidades da ampliação do ensino primário em todo o estado (BRITO, 1996). Para esse autor, desde a segunda metade do Século XIX, várias foram as tentativas realizadas em Teresina para a instalação regular de uma escola pública normal que suprisse a falta de professores para o ensino primário. Porém todos esses esforços, a maioria por iniciativas isoladas, logo eram desarticulados, inviabilizando qualquer possibilidade de se abrir algum centro de formação de professores primários no estado.

Marinho (2008) entende esses fracassos, basicamente, a partir de três motivos: 1) o desinteresse da clientela, na maioria masculina, por esse tipo de instituição, já que procurava o ensino normal apenas com o objetivo de estudar as disciplinas dos preparatórios para o ingresso nos cursos superiores; b) o fato de que a profissão de professor oferecia minguados salários, e o preenchimento dos cargos dependia muitas vezes de indicação; c) a contenção dos gastos com educação em virtude da escassez de recursos do governo estadual, o que tornava mais difícil a ampliação de escolas normais em todo o estado e, conseqüentemente, a existência de mais empregos e de melhores salários.

Para tentar reverter esse quadro, um grupo de educadores e homens públicos, ligados à Maçonaria e às idéias dos livre-pensadores, se reuniu em 1908 e mobilizou ações para que fosse fundada uma instituição de ensino normal que preparasse o professorado primário do Piauí (CASTELO BRANCO, 2005). Desse modo, foi instalada a “Sociedade Auxiliadora de Instrução”, estabelecimento mantenedor que iria subsidiar a “Escola Normal

Livre”, criada em 1909 e cujo currículo, organizado em dois anos letivos, estava configurado pelas seguintes disciplinas: português, francês, geografia geral e noções em cosmografia, aritmética, costura e ginástica sueca (PEREIRA, 1996).

No ano de 1910, um dos membros da Sociedade Auxiliadora e professor da Escola Normal Livre, o Sr. Antonino Freire, logo após ter sido nomeado Governador do Estado (1910–1912), oficializou o ensino normal pelo poder público (Lei n.º 548/1910), transformando a Escola Normal Livre em Escola Normal Oficial. A partir disso, ocorreu a implantação definitiva da Escola Normal do Piauí, que contou inicialmente com a ajuda da Professora Firmina Cardoso, oriunda do Estado do Maranhão, para consolidar a formação dos professores primários no Piauí (FERRO, 1996).

Nesse sentido, o curso normal oficial foi regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 434/1910. O currículo desse curso, pautado por uma educação científica e prática, e direcionado exclusivamente para o público feminino, foi organizado em três anos, com o seguinte formato: 1º ano – português, francês, geografia e cosmografia, aritmética, desenho, música, trabalhos de agulha; 2º ano – português, francês, geometria, historia universal e do Brasil, desenho, música, trabalhos de agulha e cartografia; e 3º ano – literatura portuguesa, noções de física, química e metrologia, noções de historia natural, agronomia e higiene, pedagogia, metodologia, educação moral e cívica, desenho e caligrafia, música, trabalhos de agulha e cartografia (PIRES, 1985). Além disso, anexa à Escola Normal do Piauí, foi criada uma Escola Modelo destinada à prática das normalistas, e uma Escola de Aplicação com cursos complementares para aplicar testes vocacionais (SOARES, 2004).

Nesse aspecto, é importante referir que o decreto 434/1910, além de oficializar o ensino normal no estado, também proporcionou maior oportunidade para o acesso das mulheres ao restrito mercado profissional do Piauí. Tradicionalmente, a educação no Brasil constituiu-se como um espaço de atuação hegemonicamente masculino, que sofreu deslocamentos com as mudanças promovidas pelo processo de modernização e ampliação das possibilidades de trabalho, seja no setor do comércio, indústria e serviços, seja na magistratura e demais cargos públicos, dentre outros (MARINHO, 2008).

Para Castelo Branco (2005), essa abertura do mercado profissional para o público feminino só foi possível em função de terem os homens se voltado para profissões mais rentáveis e de maior “status” social, somado ao entendimento de que as mulheres poderiam

trabalhar somente se o ofício escolhido não maculasse sua feminilidade e reputação de mães e esposas. Desse modo, os homens foram se ausentando do ensino primário, em função dos salários pouco convidativos, e as mulheres passaram a ocupar justamente esse lugar, em função do processo de feminização da educação primária em curso nessa época no país. É o que podemos acompanhar pelos currículos dos cursos normais editados nas primeiras décadas da república, que passaram a ser organizados com disciplinas que construíam a relação magistério-domesticidade, a exemplo de: corte e costura, trabalhos de agulha, higiene, puericultura, educação moral e cívica, educação doméstica, dentre outras.

Para Louro (1997), a feminização da educação primária aproximou a prática da docência ao sacerdócio e à idéia de vocação, fundamentadas pela seguinte lógica: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício. Isso conformava as normalistas em um lugar de trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras, especialmente se considerarmos que, para os homens, o magistério era pouco compensador em termos salariais, e para as mulheres o ensinar era uma extensão do trabalho de cuidar das crianças (função mãe). Tal estratégia foi um importante fator para suprir a falta de professores para o ensino primário sem consumir tantos recursos do governo estadual, pois se passou a investir na representação de que o magistério era mais adequado para a mulher – figura dedicada, disponível e abnegada. Portanto, ser professora passou a ser, nesse período, uma extensão do papel de mãe, inclusive permitindo conciliar vida profissional com as tarefas domésticas e familiares - o que não era possível para o trabalho masculino, que tinha a função de provedor da família. Ou seja, tivemos aí uma nítida questão de gênero, com manutenção das relações de poder vigentes, que destinavam ao homem a esfera produtiva e o lugar de autoridade, e à mulher a função reprodutiva e de obediência.

Atendendo a esses preceitos, os currículos do ensino normal do período foram organizados para operar ações de vigilância, de cuidado e dedicação, de modo a capacitar a mulher para as letras e as artes e, especialmente, para o lar. O objetivo era aplicar o regime de controle dos prazeres e dos corpos (FOUCAULT, 2001) para que as normalistas exercessem o papel de mantenedoras da moral vigente, na criação e educação saudável dos filhos, seja na escola ou em casa, contribuindo assim para o progresso da pátria. Mas, para tanto, era preciso primeiro regulamentar a prática dessas normalistas, através de uma

série de princípios pedagógicos fundamentados na moderna ciência da Psicologia, os quais se baseavam em processos menos rígidos (no sentido de

autoritário e fundamentado na memorização de conteúdos) e mais criativos de aprendizagem (no sentido de articular metodologias de ensino, que pudessem potencializar as faculdades mentais) dos sujeitos escolares (MARINHO, 2008, p. 90).

Foi a partir dessa demanda que passou a se fazer necessária a inclusão da disciplina “psicologia” nos cursos normais de todo o país: para atender a um discurso mais otimista em relação à criança e sua natureza, especialmente em relação ao desenvolvimento de suas faculdades mentais e morais e o seu poder de ação, sem se prender a suas possíveis limitações. Isso só seria possível com a instrumentalização das práticas do magistério em termos de métodos e técnicas de ensino – base da pedagogia, que seria subsidiada cientificamente pela Psicologia, proposta esta formulada pelo movimento escolanovista a partir de 1920.

Para atender ao surgimento dessas idéias e realinhar o currículo inicial da Escola Normal Oficial – no objetivo de que a educação pública piauiense pudesse de fato contribuir com a construção desse novo homem capaz de resolver os problemas e promover o desenvolvimento do estado e do país –, os poderes executivo e legislativo locais passaram a tratar a questão de forma mais atenta e racionalizada. Novas reformas educacionais do ensino normal do estado foram propostas através do Decreto n.º 771/1921, que alterou o regulamento geral da instrução pública piauiense e estendeu a duração do curso normal para quatro anos (PIAUI, 1921). O objetivo era dispor o currículo com um maior número de disciplinas teóricas e práticas no campo da pedagogia e metodologia, tais como: “Pedagogia Teórica”, lecionada no 2º ano do curso; “Pedagogia” (noções de psicologia), lecionada no 3º ano do curso; e “Pedagogia Prática”, lecionada no 4º ano do curso. Para Mello (1922), tais ajustes visavam a que fossem revisados os retrógrados métodos de ensino utilizados no ensino infantil da época, fundados em repetição e memorização, soletração, silabação, realização de cópias e ditados e formação de frases, com ênfase no desenho correto das letras.

À mesma época, por força do decreto de 1921, deu-se início à construção de um prédio próprio para a Escola Normal do Piauí, onde hoje funciona a Prefeitura de Teresina. Além disso, procedeu-se à aquisição de outro edifício para a ampliação da Escola Modelo, espécie de escola primária (jardim da infância), de modo a tornar obrigatórias tanto a

prática do tirocínio quanto a aplicação de testes vocacionais (até então facultativos). Todas as professoras diplomadas deveriam passar por esses treinamentos em sua formação (MELLO, 1922).

Tal ação ocorrida no estado do Piauí com relação à educação primária logo foi ratificada pela União com a aprovação da Lei nº. 1.027/1922, que ampliou o ensino normalista para quatro anos em todo o território nacional e introduziu as chamadas disciplinas pedagógicas (Psicologia, Pedagogia e Metodologia Didática), além da Regência de Classe (tirocínio), outorgando assim ao curso normal um perfil mais profissionalizante. Para Soares (2004), “este currículo retrata uma nova concepção de ensino normal que sai da elitização cultural em busca da competência profissional, favorecendo, portanto, a entrada de camadas menos ricas que buscavam o ensino normal como um curso de preparação para um [futuro] trabalho” (p.83).

Na opinião da autora, essas alterações curriculares (e da própria estrutura educacional como um todo) democratizaram o ensino normal piauiense, no sentido de possibilitar maior acesso à formação de professores e, por conseguinte, um meio a mais de trabalho e renda para as mulheres piauienses; também fortaleceram o desenvolvimento de estratégias pedagógicas na elaboração de ações alfabetizadoras mais resolutivas no estado (SOARES, 2004). O resultado foi a diminuição dos casos em que uma significativa quantidade de moças procurava a Escola Normal Oficial apenas para adquirir uma formação educacional geral, sem necessariamente se inserir nas práticas de ensino como professoras do primário (MARINHO, 2008).

Tal posição é reforçada por Ferro (1996) quando refere que essas reformas do ensino trouxeram vários avanços ao quadro educacional piauiense, tendo em vista que, ainda em 1922, o Liceu Piauiense, estabelecimento responsável pelo ensino secundário do estado, contemplou em sua grade curricular duas modalidades de disciplinas: as denominadas “de base” – Português, Latim e Grego, Francês, Inglês, Geografia, História Natural, Universal e do Brasil, Física e Química, Desenho, Aritmética e Álgebra; e as denominadas “profissionalizantes”, que eram preparatórias: 1) para o ingresso em determinados institutos de ensino superior, sendo indicado cursar as disciplinas: História da Filosofia, Psicologia Lógica, Sociologia e Moral, Noções de Economia e Direito Pátrio; 2) para o ingresso nos cursos técnicos de comércio, sendo indicado cursar as disciplinas:

Escreituração Mercantil, Contabilidade *Commercial*, Prática do *Commercio* e Desenho. Já para aqueles que queriam aprender línguas para ocupar algum cargo público, era indicado cursar as disciplinas: *Francez*, *Allemão*, *Inglez*, Latim e Grego.

Especificamente em relação ao caso da disciplina “psicologia” ministrada no Liceu Piauiense, esta, na verdade, já existia desde o ano de 1911, em função da reforma do ensino secundário de 1910. Tinha o nome “Psicologia, Lógica e História da Filosofia”, sendo ministrada pelo renomado jurista Benedito Francisco Nogueira Tapety (PIAHUY, 1910; BUGYJA BRITO, 1990). Em 1922 houve um desdobramento dessa disciplina em duas outras, denominadas “História da Filosofia” e “Psicologia Lógica”, tendo a segunda sido ministrada pelo jurista João Osório Porfírio da Mota (FERRO, 1996).

No ano de 1928 é aprovado o novo “Regulamento Geral de Ensino do Piauí”, através da Lei Estadual n.º 1.196/1928, que indicava que o curso normal deveria ser ministrado apenas na Escola Normal Oficial e demais estabelecimentos públicos e particulares que estivessem a ela equiparados (PIAUI, 1928). A intenção era uniformizar os cursos normais recém abertos no estado, de modo a seguirem o mesmo padrão curricular do curso oficial. Esses cursos são os das Escolas Normais abertas na cidade de Parnaíba, localizada no litoral piauiense, em 1927; nas cidades de Floriano e Picos, ambas localizadas na região sul do estado, no início da década de 1930; e ainda um outro curso normal criado na cidade de Teresina, pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1931 (PIAUI, 1928).

A aprovação do novo regulamento geral de ensino também trouxe mudanças no currículo e na estrutura administrativa da Escola Normal Oficial, especialmente no sentido de proporcionar ajustes na disposição e presença de algumas disciplinas, como por exemplo: a) em 1928, os conteúdos referentes à ciência psicológica lecionados na disciplina “Pedagogia”, cursada no 3º ano do curso normal da grade curricular de 1921, foram transformados numa disciplina específica do curso normal chamada “Psicologia Educacional”, ministrada no 2º e 3º anos; b) em 1928 a disciplina “Álgebra”, constante da grade curricular de 1921, foi suprimida, e seu conteúdo adicionado à disciplina “Aritmética”; c) em 1930 as disciplinas “Português” e “História Natural”, cursadas no 4º ano do curso da grade curricular de 1921, também foram suprimidas para a entrada das disciplinas “Literatura” e “Higiene”. Desse modo, podemos constatar que, diferente do Liceu Piauiense, que comportava a disciplina “Psicologia” na grade curricular desde o ano

de 1911, na Escola Normal Oficial essa disciplina só veio fazer parte do currículo como uma disciplina específica no ano de 1928 (PIAÚÍ, 1960).

No caso de Parnaíba, é importante ressaltar que o governo municipal transformou o Instituto de Ensino Profissional (importante centro profissionalizante do norte do estado) em Escola Normal Municipal de Parnaíba no ano de 1927. Esse estabelecimento normalista foi equiparado ao curso normal oficial em 1928, de modo que a grade curricular inicial da Escola Normal de Parnaíba já previa, no 4º ano do curso, a disciplina “Psicologia Lógica”. Os conteúdos versavam sobre a atividade sensorial e motora, a inteligência e suas operações, e sobre a sensibilidade moral, vontade, hábitos, além de temáticas envolvendo os métodos didáticos e de aprendizagem. A disciplina ficou a cargo do médico Cândido de Almeida Athayde¹, que também ministrou nesse mesmo estabelecimento de ensino as disciplinas “Higiene” e “Cuidados Puerperais”, que tinham como foco esclarecer questões relativas à reprodução humana, às doenças venéreas no convívio matrimonial, à puericultura, à gestação, à saúde materna, dentre outros (ARAKEN, 1994).

Quanto ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, Silva (2007) refere que o curso normal dessa instituição abriu em 1931 e funcionou até o ano de 1974 (apesar de o colégio funcionar até hoje). Trata-se de um tradicional colégio confessional católico da cidade, administrado pelas “Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena”, com uma importante história de escolarização das mulheres piauienses integrantes das classes mais abastadas. Conforme a autora, o currículo desse curso normal foi inicialmente organizado em cinco anos, incluindo, além das disciplinas básicas do padrão curricular da Escola Normal do Piauí, aulas de “Higiene” e “Educação Doméstica”, no início do curso, e “Psicologia”, “Didática” e “Metodologia”, lecionadas no 4º e 5º anos. Com a integralização do curso em três anos, em 1947, as disciplinas “Psicologia”, “Didática” e “Metodologia” passaram a ser lecionadas no 2º e 3º anos, ficando o ensino de “Filosofia da Educação” e “Higiene para o último ano do curso (SILVA, 2007).

No Colégio das Irmãs de Santa Catarina também era ofertada a formação de ensino secundário não profissionalizante, implantado em 1959 e que dispunha da disciplina “psicologia” na 2ª série de sua grade curricular. As professoras Bernardina Monteiro de Santana e Irmã Antonia Leonice Duarte foram algumas das professoras que lecionaram psicologia no Colégio Sagrado Coração de Jesus (SILVA, 2007).

Após essa contextualização acerca do modo como o ensino normalista foi erigido no Piauí na qualidade de vetor importante de formação humana e moral dos homens e mulheres do estado, situaremos, na seção seguinte, como a disciplina “psicologia” foi organizada em termos de conteúdos, objetivos e bibliografia na Escola Normal do Piauí.

Mas, antes disso, é importante sinalizar que depois de fundada, no ano de 1910, a Escola Normal do Piauí passou a se chamar oficialmente Escola Normal Antonino Freire – ENAF, no ano de 1947. Essa mudança de nome foi decorrente das adaptações realizadas na estrutura administrativa e grade curricular do curso normal piauiense, aprovadas pelo Decreto-Lei Estadual nº. 1.402/1947, para equipará-lo ao ensino normal federal, conforme previsto na Lei Orgânica do Ensino Normal – Lei Federal nº. 8.530/1946. Tal ação, mesmo atendendo às prerrogativas da lei federal, continuou tratando o ensino normal piauiense como uma formação de natureza específica, não se confundindo com o científico nem com o profissionalizante, como indicava a Lei Orgânica do Ensino Normal (PIAUI, 1947).

Em 1973 houve nova mudança de nome da Escola Normal do Piauí, agora em decorrência das Leis Federais nº. 4.024/1961 e 5.692/1971, que enfatizavam os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade na formação do professor primário, além de igualar o curso pedagógico ao curso de 2º grau. Atendendo a esses preceitos e na esteira das mudanças ocorridas em outros estados da federação, editou-se no Piauí a Lei Estadual nº. 3.272/1974, que redefiniu os objetivos do ensino normal e transformou a Escola Normal Antonino Freire em Instituto de Educação Antonino Freire – IEAF.

A proposta de se criar um Instituto de Educação visava a que fossem ofertados, na escola normal pública, cursos que tivessem não somente o caráter de formação de professores primários (curso normal), mas também de cursos ginasiais (atual ensino médio), semelhante ao que ocorria no Liceu Piauiense e no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Além disso, ainda havia a concepção de que, sendo um Instituto de Educação, a Escola Normal do Piauí teria mais autonomia para ofertar outras formações, especialmente relacionadas à habilitação para administradores escolares do grau primário (orientador, supervisor e administrador escolar para o ensino primário, pré-primário e normal) e à especialização do magistério (CABRAL, 2006).

No ano de 2002, o Curso Normal do Piauí foi extinto para atender aos preceitos da Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, que previa

a formação docente para as séries iniciais como, preferencialmente, de responsabilidade do ensino superior. Apesar do exposto na LDB, até o ano de 1999 se permitiu que os docentes da educação infantil e das primeiras séries do ensino fundamental fossem formados em escolas normais de nível médio. Mas em 1999 é aprovada, em âmbito federal, nova proposição do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu como *locus* da formação docente, no caso para a educação básica, somente os estabelecimentos com cursos de licenciatura, de graduação plena em Universidades e Instituto Superior de Educação (Parecer nº. 970/1999 do CNE).

Desse modo, os Institutos de Educação de todo o país passaram a se organizar, administrativa e juridicamente, como Institutos Superiores de Educação (ISE), para manter diversos cursos de formação de docentes para a educação básica. Entre estes estão os cursos normais superiores, que se destinam à formação de profissionais para lecionar na educação infantil (EI) ou nos anos iniciais do ensino fundamental (AIEF). Mas somente em 2004 o Governo do Piauí aprovou a Lei nº. 5.402/2004, que criou o Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF) com a finalidade de promover a formação de profissionais da educação de nível médio e superior no estado (PIAUI, 2004).

A disciplina “psicologia” na Escola Normal do Piauí

A disciplina “psicologia” sofreu diversas alterações ao longo de seu percurso histórico no curso normal do Piauí. Dentre elas, destacamos: (1) nome e o objetivo da disciplina; (2) ementa e conteúdos programáticos; (3) bibliografia; e (4) forma como os professores a compreenderam dentro do curso normal. Na presente seção trabalhamos diretamente com as fontes primárias identificadas no arquivo do IEAF e com as entrevistas que realizamos junto aos professores do curso normal do Piauí. Inicialmente, apresentaremos os dados concernentes a nome, ementa e conteúdos programáticos da disciplina, para realizar a discussão desses pontos, focalizando seus objetivos; em seguida, discutiremos a bibliografia trabalhada pelos professores da disciplina, bem como as representações que estes tiveram quanto ao lugar que a psicologia ocupava no currículo do curso normal.

Antes de passar à apresentação dos dados propriamente ditos, é importante alertar que devido ao avançado processo de deterioração de alguns documentos e à falta de

registros de alguns planos de curso ou de aula no arquivo do IEAF, só foi possível acompanhar de forma mais sistemática os registros dos conteúdos e bibliografia a partir do ano de 1948. Anterior a isso, trabalhamos apenas com poucos documentos, na maioria relatórios de gestão, e com fontes secundárias que situam muito precariamente as disciplinas e alguns conteúdos lecionados na Escola Normal do Piauí.

Ao longo de 74 anos de atividade no “Curso Normal do Piauí”, a disciplina “psicologia” adotou pelo menos 6 diferentes nomes para atender às alterações na grade curricular do curso e às reformas administrativas e curriculares no âmbito nacional e estadual. Como exemplo, tivemos: Psicologia Educacional, em 1928; Fundamentos Psicológicos, em 1966; Fundamentos Bio-Psicológicos, em 1983; Psicologia da Aprendizagem, em 1992; Psicologia do Desenvolvimento, em 1996; por fim, Fundamentos Psicossociais, em 2001.

Sobre os conteúdos, podemos acompanhá-los através das tabelas apresentadas na seqüência, que tratam: a) das temáticas consideradas permanentes, e que eram ministradas de forma repetida, ano a ano, no curso normal – Tabela 1; b) das temáticas que foram acrescidas, ano a ano, ao longo desse período, de acordo com os direcionamentos curriculares ou pelo entendimento dos professores responsáveis – Tabela 2; e ainda, c) dos conteúdos que foram ministrados na 1ª série do curso normal, considerando que a disciplina “psicologia” ganhou mais espaço dentro da grade curricular no período de 1981-2002, pois passou a ser ministrada nos 3 anos do curso – Tabela 3.

Tabela 1
Conteúdos permanentes da 2ª e 3ª série

<i>Conteúdos permanentes na 2ª série (1948-2002)</i>	<i>Conteúdos permanentes na 3ª série (1948-2002)</i>
■ Fenômenos psíquicos: atividade, afetividade e inteligência	■ Comportamento infantil
■ Consciência, atenção, percepção e sensação	■ Desenvolvimento físico e mental da criança e seus fatores
■ Sistema nervoso e desenvolvimento mental	■ Sistema nervoso
■ Personalidade, temperamento e caráter.	■ Caráter e personalidade
■ Fenômenos psíquicos: atividade, afetividade e inteligência	■ Deficiências na aprendizagem
■ Consciência, atenção, percepção e sensação	■ Aprendizagem e motivação

Fonte: Arquivo IEAF/2008.

Tabela 2
Conteúdos acrescidos da 2ª e 3ª série

<i>Conteúdos acrescidos na 2ª série (1948-2002)</i>	<i>Conteúdos acrescidos na 3ª série (1948-2002)</i>
<ul style="list-style-type: none"> ■ 1968 - O papel do educador e a questão da aprendizagem; ■ 1969 - Psicologia genética e infantil; psicologia animal; psicologia diferencial; e psicologia social e coletiva. ■ Década de 1970 - Estudo sobre aprendizagem e desenvolvimento; ■ 1977 - Ênfase na visão bio-psicossocial da psicologia; ■ 1983 - Tipos de aprendizagem: imitação, raciocínio, ensaio e erro, e por insight; ■ Década de 1990 – Psicomotricidade; distúrbios psicológicos e de aprendizagem; ■ 2001 - Educação inclusiva; ■ 2002 - Representação social; instituição social. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1966 - Relação pedagogia e psicologia; ■ 1970 - Psicologia evolutiva; teoria das necessidades de Maslow; psicologia da velhice; ■ 1981 - Excepcionalidade: conceitos e classificações; ■ 1985 - Aprendizagem: teoria da aprendizagem de Hull; teoria de campo de Lewin; teoria da Gestalt; teoria de Pavlov; teoria cognitivista; ■ 1988 - Estudo sobre o autismo e suas perspectivas: sociológica, prevenção psicológica e motivacional; ■ Década de 1990 - Distúrbios psicomotores; ■ 2001 - Estudo dos superdotados; história da educação especial; hiperatividade. ■ 2002 - Estudo sobre a subjetividade; sujeito social; relações inter-pessoais no contexto escolar; relação sujeito-sociedade, sujeito e alteridade.

Fonte: Arquivo IEAF/2008.

Tabela 3
Conteúdos ministrados na 1ª Série (Período: 1981-2002)

<i>Conteúdo permanente (1981-2002)</i>	<i>Conteúdo acrescido (1981-2002)</i>
<ul style="list-style-type: none"> ■ A questão da ciência: pesquisa e métodos; ■ Desenvolvimento humano; ■ Sistema nervoso e seus mecanismos fisiológicos; ■ As escolas e fases da Psicologia. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1983 - Perspectiva histórica no estudo das psicologias: experimental, aplicada, racional e empírica; Ênfase do conceito moderno de Psicologia. ■ 1987 - Estudo sobre testes psicológicos: TAT e teste de R. ■ Década de 1990 - Estudo de escolas da psicologia, com ênfase na psicologia cognitivista e interacionista; caracterização sobre o profissional de psicologia e a sua atuação.

Fonte: Arquivo IEAF/2008.

Conforme referimos anteriormente, a primeira “versão” da disciplina “psicologia” ocorreu antes mesmo de ser ela considerada uma disciplina específica, em 1928. Seus conteúdos foram apresentados dentro da disciplina “Pedagogia” como operadores conceituais e metodológicos que poderiam fundamentar a educação enquanto prática com base em critérios científicos. O modelo experimental da psicologia, utilizado na análise do comportamento e das funções psíquicas (memória, atenção e cognição), é que deveria dar as bases científicas da educação. Nesse aspecto, a finalidade da disciplina era pôr em diálogo os saberes presentes no currículo de 1921 com as bases bio-psicológicas (científicas), sociológicas e históricas (contextuais), e filosóficas (epistemológicas) da educação, para que fosse ampliada a compreensão das normalistas quanto aos processos de aprendizado. A preocupação, então, era garantir o caráter humanístico da formação das normalistas a partir da consolidação de saberes científicos que tentassem compreender de forma “integrada” o homem (ou o sujeito da educação) (PIAUÍ, 1960).

Mas, apesar dessa tentativa de justapor saberes com a perspectiva de assegurar uma cultura humanista e científica (leia-se positivista) do ensino normal, na prática os conteúdos dessa primeira “versão” da disciplina acabaram priorizando compreensões que partiam de valores e saberes universalistas, em detrimento de ações que tentavam fazer interagir e contrapor opiniões e posições teóricas. Ou seja, os conteúdos pouco focalizavam historicamente o indivíduo em seus processos de ensino-aprendizagem, ou em relação às condições em que se efetivava tal aprendizagem. Tal fato acabou por impossibilitar que se pensasse singularmente cada educando no cotidiano de uma sala de aula, pois este foi tomado em termos abstratos, independente de lugar e época.

Com a Reforma Estadual de 1928 e o surgimento da psicologia como uma disciplina específica da Escola Normal do Piauí – chamada, na época, de “Psicologia Educacional” –, reduziu-se significativamente a possibilidade de manejar diversos campos de saber para compreender o sujeito da educação. Os conteúdos dessa nova disciplina passaram a ser organizados com a finalidade de introduzir as normalistas ao entendimento do funcionamento das estruturas biológicas e comportamentais envolvidas nos processos de aprendizagem. Essa estratégia foi aperfeiçoada em 1931, com o Decreto Estadual nº. 1.301, quando todos os cursos normais do estado foram equiparados a uma mesma organização

curricular e se estabeleceu como principal mudança curricular a extensão do curso normal para cinco anos, sendo a disciplina “Psicologia Educacional” ministrada nos 4º e 5º anos. Em termos dos objetivos da disciplina, na primeira etapa (4º ano) eram tratados aspectos gerais da psicologia, como: seu estatuto de ciência; os métodos de estudo que deveriam ser utilizados; as fases da vida humana, as funções do sistema nervoso e as estruturas cerebrais; e o processo complexo de aquisição de conhecimento, considerando as dimensões psicológicas, sociológicas, históricas e filosóficas. Já na segunda etapa (5º ano) as discussões deveriam assumir um caráter aplicado, voltado a pensar o desenvolvimento da criança durante o processo educacional (PIAUI, 1931). A finalidade da psicologia nessa nova estrutura curricular, diferente do caráter humanista que definira a anterior, era que as normalistas entendessem o funcionamento da aprendizagem na infância, para que, apoiadas no modelo da psicologia científica, com o uso de testes e dos padrões das etapas de evolução psíquica, pudessem intervir no desenvolvimento da aprendizagem e/ou no surgimento de problemas educacionais.

Nesse aspecto, até 1945 observa-se uma tensão na organização curricular da Escola Normal quanto a assegurar o exercício da pedagogia nova, científica e experimental no curso, de modo que as disciplinas “Pedagogia” e “Psicologia” oferecessem sólida base biológica, comportamental, psicológica e social ao processo de aprendizagem, sem perder seu caráter prático. Trata-se de um debate que intensifica as querelas entre a formação do tipo “conservador”, pautada pelo saber erudito, intelectual, literário, humanístico e de culto ao passado, e a formação do tipo “moderno”, pautada pelo saber de preparação técnica, orientado para a ação profissionalizante do ensino e para o futuro do país (TEIXEIRA, 1976).

Porém, dados os sinais de crise da tendência humanista frente à moderna a partir de 1945, e dada a necessidade de se obter mão de obra qualificada para a retomada do crescimento do país, é aprovada a Lei Orgânica do Ensino Normal (Lei Federal nº. 8.530/1946), que dá indicativos para o exercício de uma pedagogia com caráter mais “tecnicista”. Ou seja, passa-se a pensar a formação de maneira não dissociada da qualificação, tendo como principal efeito uma formação que instrumentalizasse para a produção (BRASIL, 1946).

A resposta do estado do Piauí para a referida questão foi aprovar o Decreto-Lei Estadual nº. 1.402/1947, que tentava colocar o ensino normal num meio termo, de modo a não o configurar como científico (ginasial) nem como profissionalizante (técnico) (PIAUI, 1947). Apesar disso, houve um predomínio da razão instrumental na reforma curricular de 1947, o que dotou o curso da Escola Normal Antonino Freire de forte orientação teórico-metodológica positivista (CABRAL, 2006). É o que pode ser acompanhado, por exemplo, com a organização da disciplina “psicologia” a partir de 1948. Embora sob o nome “Psicologia Educacional”, ela apresentou uma proposta mais tecnicista, aprofundando temáticas de aspecto estrutural (aparelho neural) e dinâmico (psicofísico) da aprendizagem, bem como os aspectos psicodinâmicos (motivacionais e de personalidade) e possíveis “déficits e deficiências” que poderiam estar envolvidos no processo de aprendizagem. Tais conteúdos inauguraram um novo momento para a psicologia enquanto disciplina no ensino normal, pois se deixou de trabalhar com uma diversidade de olhares sobre o homem e o sujeito da educação, passando-se a explorar de maneira mais analítica e tecnicista os processos de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito escolar. O objetivo dessa mudança era propiciar aos professores um entendimento organicista, comportamental e funcional do fenômeno da aprendizagem, identificando assim possíveis elementos geradores de dificuldades ou distúrbios no processo da criança.

Em 1966, em decorrência da Lei Federal nº. 4.024/1961, que enfatizava os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade na formação do professor primário, seguiu-se nova mudança no currículo e a disciplina passou a chamar-se “Fundamentos Psicológicos” (BRASIL, 1961). Essa mudança trouxe a inclusão de temáticas relativa à psicologia genética e infantil, psicologia animal, psicologia diferencial e psicologia social (das massas), enfatizando o estudo da aprendizagem e do desenvolvimento, da excepcionalidade, bem como o papel do educador na relação ensino-aprendizagem. O objetivo era aproximar pedagogia e psicologia, de forma a buscar uma dimensão mais objetiva e técnica para a disciplina, pois ao mesmo tempo em que se ampliavam as cadeiras metodológicas no curso normal, reduzia-se a ênfase nos aspectos filosófico e sociológico da educação, valorizando ainda mais o seu caráter prático.

Em 1973, para satisfazer as propostas da Reforma Nacional de Educação de 1971, o IEAF elaborou um currículo que ampliava mais ainda o caráter técnico da disciplina

“Fundamentos Psicológicos”. A estratégia foi retirar do ementário qualquer discussão relacionada a outros campos de saber, de modo a focalizar maciçamente a questão do condicionamento de hábitos na criança e o desenvolvimento de aspectos intelectuais e morais, além do debate sobre os motivos e necessidades do sujeito escolar. Essas alterações foram contra-respondidas através das fortes críticas à “pedagogia oficial” e à política educacional que se estruturava no país. Datam dessa época concepções crítico-reflexivas baseadas na perspectiva histórica e materialista-dialética, que são oficialmente reprimidas pela máquina da ditadura militar, principalmente ao longo dos anos de 1960 e 1970.

Na década de 1980, com o processo de abertura política e o movimento de redemocratização do país, iniciou-se um amplo debate em torno das políticas do Estado brasileiro. No caso do Piauí, tentou-se revitalizar as escolas normais, visto a desmobilização que essa modalidade de ensino teve no estado com a aprovação da Lei Federal n°. 5.692/1971, que colocou em equivalência o curso normal e os demais cursos técnicos (BRASIL, 1971). O IEAF sofre, à época, uma forte pressão quanto a sua organização administrativa e a seu currículo, visando a que alunos e professores tivessem uma postura menos tecnicista e a que fossem inseridos nas disciplinas do curso conteúdos mais teóricos e crítico-reflexivos, a fim de fazer avançar práticas pedagógicas. O principal fator que contribuiu para essa mudança foi a presença de professores formados no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí.

É possível detalhar melhor a organização da disciplina “psicologia” nesse período. Apesar do nome escolhido, “Fundamentos Bio-Psicológicos” – considerado insuspeito para os objetivos propostos à disciplina nos últimos anos da ditadura militar – , a estratégia adotada foi diminuir o peso dos conteúdos que versavam sobre funções psíquicas com base no viés psicofísico, e enfatizar o debate qualitativo através do uso de temáticas de base mais sociológica e antropológica para a compreensão do fenômeno/processo ensino-aprendizagem. Além disso, houve uma série de discussões dessa proposta relativas a instrumentalizar as normalistas a desenvolverem atividades preventivas e demais ações de apoio frente os problemas de aprendizagem.

Na década de 1990, a psicologia ganha mais espaço no currículo do normal com o funcionamento de disciplinas nas três séries do curso: “Psicologia Geral”, “Psicologia da Aprendizagem” e “Psicologia do Desenvolvimento”, no currículo de 1992; e “Introdução à

Psicologia”, “Psicologia da Aprendizagem” e “Psicologia do Desenvolvimento”, no de 1996. Essa alteração contribuiu significativamente para a forte inserção da dimensão do patológico como subsídio para a compreensão do processo ensino-aprendizagem. Os conteúdos eram estrita ou extremamente focalizados na questão dos distúrbios psicológicos, de aprendizagem e psicomotores, apoiados em uma tendência individualista, naturalizante e descritivo-reabilitadora, que só subsidia a culpabilização, patologização e medicalização dos indivíduos das camadas populares “vitimados” pelo fracasso escolar (PATTO, 1990).

No ano de 2001, com a implantação das diretrizes da LDB no IEAF, foi elaborada uma matriz curricular fundamentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), mais especificamente nos Parâmetros em Ação do Ensino Médio e nos Referenciais de Formação de Professores nas Séries Iniciais. Desse modo, a disciplina “psicologia” apresentou uma nova proposta e passou a se chamar “Fundamentos Psicossociais”, com blocos de conteúdo voltados para “Introdução à Psicologia”, “Psicologia da Aprendizagem”, “Psicologia do Desenvolvimento” e “Fundamentos da Educação Especial”. Passou a centrar-se, portanto, no estudo da subjetividade e do sujeito social, nas relações interpessoais do contexto escolar e na relação sujeito-sociedade, levando em conta, principalmente, a questão da alteridade.

Sobre a bibliografia trabalhada na disciplina, observou-se o predomínio de livros e materiais sobre psicologia da aprendizagem e psicologia da criança no contexto escolar. Tal tendência demonstra a concepção que se tinha, à época, da necessidade de a normalista adquirir habilidades que lhe permitissem uma compreensão da criança em situações de sala de aula e também do processo ensino-aprendizagem e seus possíveis interferentes. Dentre os autores que foram trabalhados, destacam-se: Mira y López, Lourenço Filho, Jean Piaget, Henry E. Garret, Paul Osterrieth, René Spitz, A. Maslow, C. Hull, K. Lewin, E. Erickson, S. Freud, James M. Sawrey e Iva Waisberg Bonow.

O estudo desses autores revela a predominância de um modelo científico, além da diversidade de concepções teóricas e variações epistemológicas na orientação das concepções das normalistas piauienses em relação ao fenômeno da aprendizagem. Outro ponto que chama atenção é a grande influência de especialistas estrangeiros no ensino normalista piauiense, com exceção de Lourenço Filho, Iva Waisberg Bonow e Mira y López. Embora este último não seja brasileiro, sua produção intelectual teve íntima relação

com a realidade local, consolidada por anos de trabalho no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Retomando a questão da bibliografia que orientava o estudo da psicologia na escola normal do Piauí, quase todas as obras dos autores estrangeiros procuravam dar à normalista uma visão: a) dos processos bio-psicológicos do comportamento, especialmente em relação ao funcionamento do aparelho neural e seus aspectos psicofísicos/motores, além das funções psíquicas que participam do processo de aprendizagem (memória, atenção, cognição, psicomotricidade); e b) sobre a estrutura e dinâmica da personalidade, fundamentalmente embasada pela perspectiva freudiana, para que as normalistas pudessem trabalhar questões relacionadas a sexualidade, traumas infantis e dificuldades afetivas que poderiam obstaculizar as atividades intelectuais e criativas da criança, estimulando, assim, o próprio processo de sublimação. Cumpre acrescentar ainda a presença do estudo das fases da inteligência e do desenvolvimento moral piagetianos como fundamentos da psicologia do desenvolvimento.

Em relação aos docentes da disciplina “psicologia” da Escola Normal do Piauí, os registros do arquivo da IEAF apontam que grande parte compunha-se de normalistas formadas pela própria Escola Normal Antonino Freire. A partir dos anos 1970, incorporaram-se professoras graduadas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com formação em Filosofia ou Pedagogia, e/ou Pós-graduação em Educação.

Nesse sentido, vale ressaltar que ao longo desses 81 anos do exercício da disciplina “psicologia” no currículo da escola normal, esta nunca foi ministrada por professores com formação em psicologia e/ou pós-graduação na área. E isso mesmo considerando a presença de psicólogos no estado do Piauí desde a década de 1970, inclusive no próprio Departamento de Educação da UFPI ou, mais tardiamente, já no final da década de 1980, no Centro das Ciências da Educação da UESPI.²

Para melhor situar o modo como os professores concebiam a disciplina “psicologia” no IEAF, apresentamos dois trechos de depoimentos para acompanharmos as percepções a respeito da disciplina.

Entrevistada 1 - Mestre em filosofia, professora entre 1974 e 1981, ministrou a disciplina Fundamentos Psicológicos II: “Achava uma disciplina muito importante para

formação dos alunos (...) porque tinha muitos temas como formação do caráter e da personalidade e seus desvios de personalidade...”

Entrevistada 2 - Mestre em educação, professora entre 1980 e 1985, ministrou disciplinas de Psicologia, Sociologia, Filosofia, Didática, Estrutura de Ensino, dentre outras: “Vejo como uma disciplina importante para qualquer curso de formação, principalmente na formação de professores. No caso do Instituto de Educação, não poderia deixar de ser, não é mesmo? Então, possuía uma enorme contribuição! Não dá para se ter um mestre ou professor sem ter uma formação psicológica ou do que é o psicológico do aluno, pois vai lidar com o sujeito. (...) A psicologia, apesar de sair do bojo da filosofia, ela ganhou mais para o lado das ciências exatas. Então, ela teve um cunho mais positivista, mais até do que a própria sociologia, eu diria. (...) Também tínhamos no Instituto, outros paradigmas de trabalho em relação à disciplina. Refiro-me ao fato de que tínhamos tanto professores que trabalhavam mais em uma linha positivista, quanto tínhamos outros trabalhando em uma linha progressista da época (marxismo)...”

Esses depoimentos situam rapidamente como a psicologia era pensada em seus últimos trinta anos de funcionamento no IEAF. Os relatos ratificam a importância da disciplina para a formação de professores através de saberes que pudessem subsidiar a compreensão do sujeito escolar, apesar de as entrevistadas não terem referido nenhuma informação sobre possíveis dificuldades ou deficiências do ensino da época, ou mesmo sobre alguma articulação entre a psicologia e as outras disciplinas do currículo.

À guisa de conclusão

Nessa trajetória, constatamos que a disciplina “psicologia”, ao longo dos seus 81 anos de atividade na Escola Normal do Piauí, recebeu várias denominações, abordou e articulou diversos conteúdos e temáticas, e ocupou diferentes lugares e objetivos na grade curricular.

Identificamos basicamente duas maneiras como a psicologia se firmou como disciplina do curso. Uma primeira, de presença mais marcante, que a definiu como tendo, inicialmente, um caráter mais teórico, e depois ações de ordem mais técnica, cumprindo assim prerrogativas e orientações de como as normalistas deveriam proceder na identificação de alunos que apresentassem algum tipo de limitação cognitiva, ou mesmo

problemas comportamentais - o que só reforçava a demanda pelo fortalecimento de uma vertente reabilitadora (ortopédica) da Psicologia, como ciência-auxiliar para a realidade escolar, no trato dos chamados alunos-problema. Uma segunda, de ação menos presente e de caráter mais pontual, mas nem por isso menos importante - pois de todo modo viabilizou ações demarcadoras de um campo de saber e de práticas passível de ser utilizado pelas normalistas de maneira crítica e reflexiva -, no sentido de problematizar demandas instituídas que somente reforçam o olhar culpabilizante, patologizante e medicalizante sobre os problemas escolares e de aprendizagem.

Nesse sentido, Carvalho (2002) enfatiza a importância de se desenvolverem mais e mais estudos entre a psicologia e a educação, no objetivo de aproximar ações, diálogos, reflexões e crítica através da abertura de graus de transversalidades, de modo que o primeiro campo de saber possa promover o deslocamento do olhar, das certezas ou das dúvidas do segundo campo (e vice-versa). Assim, através do surgimento de novas zonas de visibilidade/dizibilidade, quem sabe, tais campos de saber (a psicologia e a educação) possam seguir na produção de novas reflexões e proposições, tanto para um quanto para o outro, ou para ambos. É o que enfatiza a autora, quando afirma:

A Psicologia esteve ao lado da Educação, ora sobrepondo-se a ela, ora curvando-se a ela. A Psicologia sempre direcionou as teorias e práticas educativas, seja com as idéias psicológicas produzidas no período de reflexão filosófica, seja com o predomínio das teorias psicológicas geradas no final do século XIX; período da conquista de autonomia e de cientificidade da Psicologia. Hoje, a Psicologia continua a respaldar e subsidiar o processo educacional e as práticas educativas, sendo considerada, indubitavelmente, um dos fundamentos da Educação (CARVALHO, 2002:41).

De um modo geral, o presente estudo apontou para a importância que a psicologia teve desde o ano de 1921, como disciplina integrante dos currículos das escolas normais do Piauí, bem como na formação de professores primários na cidade de Teresina. Esperamos que, a partir dele, possam ser abertas novas frentes de investigação sobre o desenvolvimento da Psicologia em nosso estado.

Referências:

- ALVERGA, Margit Ellen Reinecke de. Depoimento de Margit Ellen Reinecke de Alverga. Realizado em 15 de agosto de 2009.
- ARAKEN, Carlos. Um certo doutor Athayde. *Revista Almanaque de Parnaíba*, nº 61, 1994.
- BRASIL, Lei nº.8.530 de 2 de janeiro de 1946. A Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União, 4 de janeiro de 1946.
- BRASIL, Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino do 1º e 2º graus. Brasília, Diário Oficial da União, 18 de agosto de 1971.
- BRASIL, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada sem vetos no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.
- BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1996.
- BUGYJA BRITO, Abtonio. Nogueira Tapety. 1990. www.fnt.org.br/dw.php?a=Nogueira_Tapety_Bugyja_Britto.pdf, acessado em 13 de outubro de 2009.
- CABRAL, Carmen Lucia de Oliveira. A formação do professor no município de Teresina-PI: do Liceu ao Instituto de Educação “Antonino Freire”. *Linguagens, Educação e Sociedade*, vol.11, n.14, 2006, p.37-48.
- CARVALHO, Maria Vilani Cosme. Breve incursão pela história das relações entre psicologia e educação. In: FERRO, Maria do Amparo Borges (Org.). *Educação, saberes e práticas*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2002.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina na primeira república*. Teresina: Bagaço, 2005.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1996.
- FIGUEIREDO, Luis Cláudio. Prefácio. Em: JACÓ-VILELA, Ana. Maria, FERREIRA, Arthur Arruda Leal e PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). *História da psicologia - rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p. 9-10.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- JACÓ-VILELA, Ana. Maria, FERREIRA, Arthur Arruda Leal e PORTUGAL, Francisco Teixeira. Apresentação do Livro. Em: JACÓ-VILELA, Ana. Maria, FERREIRA, Arthur Arruda Leal e PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). *História da psicologia - rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p. 11-12.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MACEDO, João Paulo. Cleto Carneiro Baratta Monteiro: um precursor da psicologia no Piauí. *Diversa*, v.1, p. 253-262, 2008.

- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Piauí (mimeo), 2008.
- MELLO, Mathias Olímpio. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922.
- MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. *O Ensino de ciências naturais na escola normal: aspectos históricos*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2002.
- PATTO, Maria Helena Sousa. *A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.
- PEREIRA, Rita de Cássia. *Escola normal: do fato ao fenômeno*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1996.
- PIAÚÍ . Código de Leis Piauíenses para o ano de 1910. Lei nº. 548 de 30 de março de 1910
- PIAÚÍ, Lei Ordinária Nº 5.402 de 14 de julho de 2004. Publicada no Diário Oficial do Estado nº. 132 de 15 de julho de 2004.
- PIAÚÍ, Secretaria de Educação e Saúde. Escola Normal “Antonino Freire” – Anuário de 1960. Teresina-PI, 1960.
- PIAÚÍ. Código de Leis Piauíenses para o ano de 1928. Lei n.º 1.196 de 18 de julho de 1928.
- PIAÚÍ. Código de Leis Piauíenses para o ano de 1928. Decreto Lei Estadual nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947.
- PIRES, Francisco Cardoso da Silva. *Escola normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864-1910)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba-SP (mimeo), 1985.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- SILVA, Samara Mendes Araújo. *À luz dos valores religiosos: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauíenses (1906 – 1973)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Piauí (mimeo), 2007.
- SOARES, Norma Patrycia Lopes e FERRO, Maria do Amparo Borges. A escola normal do Piauí: origem, consolidação e apogeu. 26ª Reunião da ANPEnD, Grupo de Trabalho História da Educação, 2003, www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/normapatricyalopessoares.rtf, acessado em 01 de fevereiro de 2008.
- SOARES, Norma Patrycia Lopes. *Escola normal em Teresina (1984 – 2003): reconstruindo uma memória da formação de professores*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI (mimeo), 2004.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, INL, 1976.

João Paulo Macedo, Universidade Potiguar - UNP
Ana Gabriela Nunes Fernandes, Universidade Federal do Piauí - UFPI
Renata Castelo Branco Araújo, Universidade Estadual do Piauí – UESPI
E-mail para contato: macedo_jp@yahoo.com.br

¹ Afora a função de médico e professor da Escola Normal, esta importante figura de Parnaíba-PI dirigiu por muitos anos a Santa Casa de Misericórdia daquela cidade, além de ter sido o primeiro diretor da Faculdade de Administração de Parnaíba, que integrou a Universidade Federal do Piauí em 1971. Ali continuou o seu trabalho de estudo, ensino e divulgação da Psicologia, como Professor Titular das disciplinas “Relações Humanas” e “Psicologia Aplicada à Administração”.

² Ainda hoje não contamos com docentes graduados ou pós-graduados em psicologia que lecionem no Instituto Superior de Educação Antonino Freire, mesmo considerando a farta quantidade de profissionais dessa área na cidade, inclusive como docentes do ensino superior nos três cursos de psicologia de Teresina-PI.